

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
QI-01 Lote 03

Termo de Referência Nº 929 / 2024 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT/DFESMAT

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE RQ. 06.2

TERMO DE REFERÊNCIA REV. 04

Data	Versão	Descrição	Autor
19/08/2024	1.0	Finalização da primeira versão	Lucilene Aparecida da Silva e Ana Beatriz de Oliveira Pretto
24/09/2024	2.0	Revisão do documento após análise jurídica	Lucilene Aparecida da Silva e Ana Beatriz de Oliveira Pretto

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de **Locação de Equipamentos** para a realização da Tradução Simultânea do Minicurso – Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, Europa e África e do XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos, na modalidade presencial no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, com Transmissão ao vivo pelas Plataformas da Esmat, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL/EMPRESA

2.1. A tradução simultânea de um curso ou evento internacional é o processo de transmitir oralmente o conteúdo de uma palestra, apresentação ou discurso em tempo real para diferentes idiomas. Geralmente, é realizado por tradutores profissionais especializados em interpretação simultânea, que escutam o orador por meio de fones de ouvido e transmitem a tradução para os participantes do evento por meio de equipamentos de áudio.

Essa forma de tradução é essencial para eventos que envolvem participantes de diferentes nacionalidades, permitindo que todos compreendam e se envolvam com o conteúdo apresentado, independentemente de sua língua materna. Além disso, a tradução simultânea contribui para a comunicação e interação entre os participantes, facilitando o compartilhamento de conhecimentos e ideias.

Em um curso ou evento internacional, é comum que haja cabines de interpretação equipadas com tecnologia adequada, onde os tradutores simultâneos trabalham em equipes para garantir uma tradução precisa e fluente. A tradução simultânea geralmente é feita em conferências, reuniões empresariais, congressos e outros eventos de escala global.

A tradução simultânea de um curso evento internacional tem uma grande importância; é essencial

por diversos motivos que garantem a eficácia, inclusão e sucesso do evento, pois permite a comunicação efetiva entre pessoas de diferentes idiomas e culturas.

2.1.1. Compreensão: A tradução simultânea permite que os participantes do evento compreendam as informações em tempo real, sem a necessidade de pausas ou interrupções, facilitando uma comunicação mais fluida e eficaz e entendam perfeitamente o que está sendo dito, independentemente do idioma em que é falado. Isso garante que todos tenham acesso às informações e possam acompanhar as apresentações e discussões.

2.1.2. Inclusão: A tradução simultânea possibilita a inclusão de pessoas de diferentes nacionalidades e línguas no evento. Isso é especialmente importante em eventos internacionais, nos quais a diversidade cultural e linguística é uma realidade. Todos os participantes se sentem incluídos e têm a oportunidade de participar ativamente, pois permite que todos, independentemente de sua língua nativa, compreendam e participem ativamente

2.1.3. Precisão: Realizada por profissionais especializados, que têm experiência em traduzir em tempo real. Isso garante a precisão na transmissão das informações e evita mal-entendidos ou distorções. A tradução simultânea é essencial para garantir que a mensagem transmitida seja fiel ao que foi dito originalmente, demonstrando o compromisso com a comunicação inclusiva e eficiente melhora a imagem da organização, mostrando respeito e consideração pelos participantes internacionais.

2.1.4. Facilitação do diálogo: A tradução simultânea permite que os participantes se comuniquem entre si, mesmo que falem idiomas diferentes. Isso facilita o diálogo, a troca de ideias e a colaboração entre pessoas de diferentes países e culturas. Ao remover as barreiras linguísticas, a tradução simultânea promove a integração e a colaboração internacional, e os participantes podem aproveitar ao máximo os conteúdos apresentados, sem perder nuances ou detalhes importantes que poderiam ser mal compreendidos ou perdidos na tradução.

2.1.5. Profissionalismo: Ao oferecer a tradução simultânea em um evento internacional, mostra-se o profissionalismo e o cuidado com a qualidade da comunicação. Isso demonstra respeito pelas necessidades dos participantes e pelo contexto internacional do evento.

Em resumo, a tradução simultânea é de extrema importância em cursos e eventos internacionais, pois permite a compreensão mútua, a inclusão de diferentes culturas, a precisão na transmissão das informações, a facilitação do diálogo e demonstra profissionalismo. Ela garante inclusão, eficiência na comunicação, melhora a imagem institucional, facilita interações, assegura conformidade com normas internacionais e valoriza os conteúdos apresentados. Em última análise, a tradução simultânea contribui significativamente para que o evento atinja seus objetivos de maneira eficaz e impactante.

2.2. Apresenta o objeto para a contratação por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 48 da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, e inciso II do art. 75, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.3. Esta contratação está prevista no plano anual de contratações 2024, processo SEI 23.0.000017136-0, item 1.373, e no orçamento, na Unidade Gestora Funjuris, na ação de Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo(s) Geral): Promover a tradução simultânea dos eventos, fornecendo aos participantes a capacidade de compreensão e de comunicação com facilidade com os integrantes da programação aumentando a eficiência e a produtividade das interações, permitindo que as pessoas compartilhem informações rapidamente e eficientemente, mesmo que falem diferentes idiomas.

3.2. Objetivo Específico: Locação de Equipamentos para a realização da tradução simultânea para o Minicurso – Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, Europa e África e XVII Congresso

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições gerais

4.1.1. A Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de Locação de Equipamentos para a realização da Tradução Simultânea do Minicurso – Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, Europa e África e do XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, possui os seguintes requisitos específicos:

4.1.1.1 Para o Minicurso – Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, Europa e África: 1 (um) sistema de tradução para 2 (dois) idiomas e 2 (duas) cabines de tradução acústica no dia 2 de outubro; 350 (trezentos e cinquenta) fones para tradução; 2 (dois) técnicos operadores e montadores de equipamentos.

4.1.1.2 Para o XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos: 1(um) sistema de tradução para 2 (dois) idiomas com 2 (duas) cabines de tradução acústica nos dias 2 e 3 de outubro e 1 (uma) cabine para 1 (um) idioma no dia 4 de outubro; 350 (trezentos e cinquenta) fones para tradução para os dias 2, 3 e 4 de outubro; 2 (dois) técnicos operadores e montadores de equipamentos

4.1.3. As despesas de transporte dos equipamentos, montagem e desmontagem será por conta da Contratada.

4.1.4. Os receptores deverão ser entregues aos participantes mediante entrega de documento com foto. No final do evento, o participante recolhe seu documento mediante a entrega do seu receptor.

4.1.5. As despesas com hospedagem e alimentação dos técnicos operadores/montadores em Palmas ficarão por conta da Contratante.

4.1.6. O período da locação será de 2 a 4 de outubro de 2024.

4.1.7. A carga horária total de 22 horas, sendo:

4.1.7.1. Dia 2/10/2024, das 8h às 13h, carga horária de 5 horas - Minicurso – Sistema Penal e Direitos Humanos na América do Sul, Europa e África- Tradução Simultânea - Francês/Português/Francês (2 intérpretes); Inglês/Português/Inglês (2 intérpretes);

4.1.7.2. Dia 2/10/2024, das 17h às 22h, , carga horária de 5 horas - XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos - Tradução Simultânea - Francês/Português/Francês (2 intérpretes); Inglês/Português/Inglês (2 intérpretes);

4.1.7.3. Dia 3/10/2024, das 14h às 18h, , carga horária de 4 horas - XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos Tradução Simultânea - Francês/Português/Francês (2 intérpretes); Inglês/Português/Inglês (2 intérpretes);

4.1.7.4. Dia 4/10/2024, das 8h às 12h e das 14h às 18h, carga horária de 8 horas - XVII Congresso Internacional em Direitos Humanos - Tradução Simultânea - Inglês/Português/Inglês (2 intérpretes).

5. DO VALOR

5.1. O valor para a prestação de serviços de Locação de Equipamentos é de **R\$ 25.500,00** (*vinete e cinco mil e quinhentos reais*), incluídos os impostos que correspondem ao Contratado.

6. DO RECEBIMENTO

6.1. Para o recebimento do objeto do contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

6.2. O recebimento do objeto dar-se-á nos termos do artigo 140, inciso I, alínea “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, compreendendo 2 (duas) etapas distintas:

6.2.1. O recebimento provisório dos serviços será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Provisório”, que deverá ser assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até 5 (cinco) dias da data do término da prestação dos serviços;

6.2.2. O recebimento definitivo será efetuado mediante a emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”, assinado pelo fiscal/gestor do contrato em até 30 (trinta) dias do término da execução dos serviços.

6.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:

6.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7. DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal de serviços correspondente aos serviços efetivamente prestados.

7.2. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do gestor do contrato.

7.3. O atesto do fiscal/gestor do contrato na nota fiscal de serviços é condição indispensável para o pagamento:

7.3.1. Na ausência do (a) fiscal/gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo(a) gestor(a) fiscal/gestor(a) substituto.

7.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal de serviços para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas no contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

7.5. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido no contrato:

7.5.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/ 2021.

7.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo ao contrato conforme art. 145 da Lei nº 14.133/ 2021.

7.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da

nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

7.7.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

7.8. O pagamento somente será realizado mediante as comprovações das mesmas certidões de regularidades exigidas para a habilitação da CONTRATADA.

7.9. O CNPJ constante da Nota Fiscal de Serviços deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

7.10. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.

7.10.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.11. Fica a CONTRATADA ciente que por ocasião do pagamento será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal de Serviços ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.14. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo estabelecido no item 8.7 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.15. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7.16. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

8. DO REAJUSTE:

8.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 9.2, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

8.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta, em 06 de setembro de 2024.

8.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato se regerá da seguinte forma:

8.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

8.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 9.3.1 for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

8.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor/fiscal do contrato conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

8.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

9. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato se o seu equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

9.1.1. Para os fins previstos no item 10.1, constituem fato imprevisível o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior;

9.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se também como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

9.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

9.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

10. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa

do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta aquisição, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

10.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

10.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 11.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as partes.

11. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

11.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste do contrato;

12.1.2. Manter durante a execução deste do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram a contratação;

12.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

12.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

12.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II Lei nº 14.133/2021);

12.1.6. Cumprir regularmente as normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

12.1.7. Durante a vigência deste do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

12.1.8. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, qualquer arquivo ou material produzido pelo instrutor para utilização no curso, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA;

12.1.9. Manter absoluto sigilo sobre documentos e dados a que tiver acesso, em decorrência da execução do serviço;

12.1.10. Apresentar as certidões negativas anteriormente ao ato que autoriza a contratação por dispensa de Licitação, e, se quaisquer destas expirar sua validade antes da efetiva contratação, estas deverão ser atualizadas, conforme artigo 68, da Lei nº 14.133 /2021;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

13.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.1.3. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto do contrato;

13.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste do contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

13.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;

13.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constante do contrato;

13.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitadas pela CONTRATADA;

13.1.9. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.1.10. Oferecer o suporte logístico e disponibilizar os recursos necessários para a realização dos eventos.

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

14.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da Contratada, a gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pelo servidor **Jadir Alves de Oliveira** e na sua ausência, pelo(a) servidor(a) **Vinícius Fernandes Barboza**— lotados(as) na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), designado(a) a acompanhar a verificação e análise das especificações dos serviços para que o Contratado cumpra todas as condições estabelecidas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato ou neste Termo de Referência, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

15.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para contratação;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta contratação sem motivo justificado.

15.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 16.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 16.1.1, 16.1.2 ou 16.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

15.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

15.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

15.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - a multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

15.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 8.8, da Cláusula Oito do Termo de Referência ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – o inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 16.1.4.

15.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 16.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

15.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no subitem 16.1.5 e 16.1.9, a critério do CONTRATANTE, este o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

15.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

15.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

15.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 16.1.11 ;

15.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla

defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

15.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

15.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

16. ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA: REV 01

16.1 - No item 5.1. - incluído o valor da contratação.

16.2 - No item 8.2 - inserido a data da proposta.

16.3 - No item 12.1.10. - alterado o termo "inexigibilidade de licitação" para "dispensa de licitação".



Documento assinado eletronicamente por **Lucilene Aparecida da Silva, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira**, em 24/09/2024, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lily Sany Silva Leite, Diretora Executiva em Substituição**, em 24/09/2024, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6076317** e o código CRC **88E18A32**.